

# Educação Patrimonial na Educação Básica e os novos desafios na construção do reconhecimento do patrimônio local<sup>1</sup>

Ariele Souza de Vargas<sup>2</sup>

Juliana Porto Machado<sup>3</sup>

Sirlei de Lourdes Lauxen<sup>4</sup>

## Resumo

Este artigo parte de algumas reflexões sobre a Educação Patrimonial e como ela é abordada na educação básica, tendo como pano de fundo as análises dos diálogos dos professores de uma escola estadual de Ensino Fundamental na região noroeste do Rio Grande do Sul. Possui abordagem qualitativa e as análises permitiram compreender a necessidade de utilizar a educação patrimonial como ferramenta para práticas educativas que problematizem a constituição da valorização do patrimônio local enquanto sujeitos interventores dessa realidade.

Palavras-Chave: Educação patrimonial; Educação Básica; Patrimônio Local; Práticas Educativas.

## 1. Introdução

A Educação Patrimonial configura-se como uma abordagem pedagógica centrada no Patrimônio Cultural enquanto fonte de aprendizado individual e coletivo. Visa conduzir o sujeito a um processo ativo de aprendizagem por meio da apropriação e valorização dos bens culturais, estimulando a ampliação da percepção crítica e afetiva sobre esses bens. Ao promover a criação e a interação de novos conhecimentos, insere-se em um processo contínuo de desenvolvimento cultural e de construção identitária (GRUNBERG, 2007).

Nesse viés, a compreensão crítica e a apropriação consciente por parte das comunidades de seu patrimônio são elementos necessários na preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. Por meio da vivência e

<sup>1</sup>Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

<sup>2</sup> Mestre em Educação – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI); Doutoranda em Práticas Sócio Culturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ); Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil; arielesouzadevargas@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutora e Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPEL- Universidade Federal de Pelotas; Professora colaboradora e estágio pós-doutoral na Universidade de Cruz Alta, PPG Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social; Cruz Alta, Rio Grande do Sul; Brasil; julianamachado209@gmail.com

<sup>4</sup> Doutora em Educação pela UFRGS, com Estágio pós-doutoral em Educação pela UFRGS/ULisbo; Professora Titular da Universidade de Cruz Alta -UNICRUZ. Coordenadora do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social; Cruz Alta; Rio Grande do Sul; Brasil; slauxen@unicruz.edu.br

contato direto com as evidências e expressões da cultura, em todas as suas diversas facetas, sentidos e significados. Logo, a Educação Patrimonial é uma ferramenta de "educação cultural"(HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999. p, 4) que possibilita ao indivíduo interpretar o mundo ao seu redor, levando-o a compreender o universo sociocultural e a trajetória histórica em que está inserido.

As múltiplas manifestações que expressam as particularidades de um povo constituem sua cultura, a qual se transforma continuamente ao longo do tempo. Trata-se de um processo em constante reconstrução, transmitido de geração em geração, aprendido com os antepassados e recriado cotidianamente, na vivência e superação dos desafios enfrentados tanto pela sociedade quanto pelos indivíduos (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Nesse processo de integração social, o indivíduo constrói sua identidade cultural. Tanto que, o reconhecimento da diversidade cultural, compreendendo que cada povo possui formas singulares de expressão, revela-se como basilar para a ampliação da consciência histórica. Sob essa prima nota-se que nenhuma cultura é superior a outra, e que todas devem ser compreendidas em seus próprios contextos e significados.

No contexto brasileiro, marcado por sua constituição enquanto nação multicultural, a diversidade cultural resulta da pluralidade étnica que compõe o país. As culturas regionais, com sua variedade, exercem influência direta na formação das identidades do sujeito brasileiro, agindo em seus modos de ser, pensar e agir. Tal diversidade contribui para o desenvolvimento de uma compreensão crítica acerca do passado e do presente, criando vínculos de pertencimento e ampliando a capacidade de atuação e transformação no âmbito social (TOLENTINO, 2012).

Dessa forma, o Patrimônio Cultural do Brasil vai além dos objetos históricos e artísticos, dos monumentos que representam a memória nacional e dos centros históricos já reconhecidos e protegidos pelas autoridades (IPHAN, 2014). Pois, outras manifestações culturais também fazem parte do patrimônio vivo da sociedade brasileira: artesanato, técnicas de pesca, caça, agricultura e colheita, uso de plantas como alimento e remédio, construção de habitações, culinária, danças e músicas, vestimentas e linguagem, rituais e festas religiosas e populares, relações sociais e familiares demonstram a diversidade da cultura presente em uma comunidade (FLORÊNCIO *et al.* 2014).

A relevância da educação patrimonial na formação dos cidadãos de uma sociedade passou a ser um assunto que ganhou destaque entre 1920 a 1930. Nota-se que o quão recente é o debate e formalização do eixo patrimonial. Por conseguinte, a educação patrimonial como abordagem educativa que auxilia os indivíduos de uma comunidade a se apropriarem de seus bens culturais locais, proporcionando um maior entendimento sobre o patrimônio histórico de

sua cidade e a importância de sua preservação (AMERLIN, 2009). Ao aprender desde cedo sobre os códigos culturais e a história local, incluindo suas construções, os sujeitos são incentivados desde a tenra idade a valorizar o seu patrimônio local e a reconhecê-lo como parte de sua identidade e história, o que as leva a crescer valorizando e preservando o que é seu (SOUZA, 2013).

Apesar da relevância da Educação Patrimonial no contexto brasileiro, observa-se um cenário de limitada efetivação. Tanto na formulação e implementação de políticas públicas quanto nas discussões acadêmicas, a Educação Patrimonial tem sido frequentemente tratada como instrumento de apoio, e não como um campo autônomo de atuação e reflexão. Desse modo, a Educação Patrimonial configura-se ainda como um campo a ser explorado, especialmente por aqueles estudiosos que se dedicam a investigar as inter-relações entre o patrimônio cultural e o turismo, com vistas à formação integral do ser humano (CARDOZO; MELO, 2009). Consideração semelhante pode ser feita em relação à inserção da Educação Patrimonial no contexto da educação escolar, onde sua presença ainda se mostra incipiente e secundarizada.

Perante essa afirmativa, esse artigo<sup>5</sup> trata-se de uma proposta de abordagem da Educação Patrimonial no contexto escolar do município de São Luiz Gonzaga, localizado no Rio Grande do Sul (RS), com foco na valorização dos patrimônios culturais materiais e imateriais da cidade, bem como na sua herança histórica ligada às missões jesuíticas e ao povo guarani. O estudo propõe refletir sobre o papel da escola na promoção do conhecimento histórico local e na formação de sujeitos conscientes de sua identidade cultural, utilizando-se da Educação Patrimonial como estratégia pedagógica para ampliar a compreensão da diversidade sociocultural.

A cidade em si, tem sua trajetória marcada pelas reduções jesuíticas, pelas resistências indígenas e por um intenso legado artístico e religioso, considerada como um território educativo que pode ser explorado criticamente em sala de aula. O estudo se constituiu de abordagem qualitativa, através de entrevistas realizadas com os professores do Ensino Fundamental da Educação Básica, cujo método de análise foi Análise Textual Discursiva – ATD. Foram entrevistados ao todo 19 profissionais da escola, sendo 17 professores atuantes em sala de aula, 1 diretor e 1 supervisor(a).

---

<sup>5</sup> Esse artigo é um recorte de tese, que se encontra em processo de escrita. Portanto, foram apresentados alguns resultados da pesquisa.

## **2. A Educação Patrimonial e a sua ligação com a Educação Básica**

A escola trabalhada nessa pesquisa está localizada no centro da cidade de São Luiz Gonzaga (RS), antiga São Luís das Missões, mais tarde passando a ser São Luiz Gonzaga. A cidade foi fundada em 1687 pelo padre Miguel Fernandes, na região localizada a noroeste do atual Estado do Rio Grande do Sul, no chamado território das Missões, sua criação se deu em decorrência da ação dos jesuítas destinada à catequese dos índios guaranis, habitantes daquela área. São Luiz Gonzaga atualmente, foi reconhecida como um dos sete povos missioneiros, no Brasil.

Retomemos ao fato de que as missões jesuíticas se desenvolveram por largo território que atingia Argentina e Paraguai, além do Brasil, criando uma florescente civilização de construtores, escultores, entalhadores, pintores, músicos e outros artesãos, os quais deixaram marcas simbólicas que ainda perduram nas ruínas da denominada República Guarani. Das trinta reduções jesuíticas existentes, sete se fixaram à margem esquerda do Rio Uruguai depois de 1687, dando origem aos Sete Povos das Missões, cujos territórios se situam os atuais municípios de São Luiz Gonzaga, São Borja, São João Batista, São Nicolau, São Lourenço das Missões, São Miguel das Missões e Santo Ângelo. Sobreviveram até 1756, quando guaranis e jesuítas foram expulsos por tropas portuguesas e espanholas por força da nova divisão do território entre as duas nações estabelecida pelo Tratado de Madri de 1750.

Com a expulsão e morte da população indígena local pelos invasores, apesar da heroica resistência liderada pelo chefe guarani Sepé Tiaraju, a região passou por uma fase de abandono e estagnação até o século XIX, quando iniciou o desenvolvimento da atividade agrícola e pecuária, alcançando um momento de progresso que culminou com a emancipação política em 1880. O município, por estar situado na região das Missões, sendo valorizado pelo turismo, que oferece muitos pontos de interesse para os visitantes a partir da história local. A cidade passou a ser popularmente conhecida como Capital Estadual da Música Missioneira e Capital Gaúcha do Arroz Carreteiro. Tendo em vista toda história local e patrimônios culturais materiais e imateriais da cidade, a Educação Patrimonial pode ser uma ferramenta que promove a compreensão do ambiente em volta do sujeito social, levando-o a entender a diversidade sociocultural e histórica em que vive.

Assim, a Educação Patrimonial configura-se como um processo contínuo, abrangente e ao longo da vida, voltado à transmissão de conhecimentos e à definição de valores associados ao patrimônio cultural. Visa ao desenvolvimento de competências que orientem atitudes conscientes voltadas à proteção, preservação e valorização dos bens culturais. No contexto

escolar, fundamenta-se na premissa de que os sujeitos — sejam crianças, jovens ou adultos — devem ser compreendidos como agentes ativos na construção do conhecimento, sendo estimulados a reconhecer, interpretar e valorizar o patrimônio como expressão de sua cultura, identidade e memória social.

Ressalta-se, ainda, que os processos educativos voltados ao patrimônio cultural devem estar integrados às demais dimensões da vida cotidiana, de modo a favorecer uma formação crítica, sensível e contextualizada. Trata-se, de uma prática pedagógica participativa, que articula saberes, valores e experiências com o objetivo de fomentar atitudes voltadas à conservação, à apropriação simbólica e à fruição dos bens culturais (SOUZA, 2013).

Dessarte, a preservação do patrimônio cultural consiste em todas as formas de expressão criadas pela sociedade ao longo do tempo, que são transmitidas de geração em geração. Cada nova geração recebe essas manifestações, as utiliza e as adapta de acordo com sua própria realidade e demandas. Dessa maneira, cada geração contribui para a preservação ou o esquecimento desse legado (GRUNBERG, 2007).

Por meio do processo educativo, busca-se que os sujeitos em formação, no âmbito escolar, desenvolvam um senso de corresponsabilidade em relação à preservação da história, do patrimônio e da memória da comunidade à qual pertencem. Essa consciência, enraizada no pertencimento territorial e cultural, exige que a Educação Patrimonial esteja integrada ao cotidiano escolar, e não restrita apenas aos espaços culturais formais. É importante considerar que não se pode pensar a preservação do patrimônio cultural sem vinculá-la à transmissão, à apropriação e à ressignificação, por parte dos grupos sociais envolvidos, dos sentidos e valores atribuídos aos bens culturais (ANDRADE, 2015).

A Educação Patrimonial, enquanto prática pedagógica, contribui para que os indivíduos compreendam os bens culturais locais como parte de sua realidade social e histórica. Ao fomentar o conhecimento sobre o patrimônio histórico de uma cidade, esse processo fortalece a percepção da necessidade de sua preservação. O contato com esses conteúdos desde a infância favorece a valorização do patrimônio local, integrando-o ao repertório cultural dos sujeitos e estimulando atitudes de cuidado e reconhecimento. Então, a instituição escolar, nesse contexto, atua na formação do caráter cultural.

Neste contexto da escola a ideia não é simplesmente ensinar sobre o patrimônio, mas sim valorizar os elementos culturais, seu uso, conservação e divulgação, como uma ferramenta importante no processo de ensino. Nesses termos a educação patrimonial não é a criação de uma disciplina adicional em um currículo escolar já tão sobrecarregado, o que poderia restringir significativamente o papel do patrimônio na educação, seja formal ou informal. O objetivo deve

ser de encontrar maneiras para que o estudante se envolva com o tema, desenvolvendo um "senso de patrimônio" (CHASTEL; BABELON, s.d., p. 01).

Nessa perspectiva, como aponta Londres (2012), compreende-se a educação patrimonial como uma dimensão transversal que permeia o ensino disciplinar e que deve estimular no estudante o interesse, a disposição e o prazer em aprender e compartilhar os valores culturais enquanto componentes do patrimônio coletivo. Trata-se de um processo que favorece a apropriação desses valores como instrumentos capazes de qualificar sua experiência de vida, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e cidadão nas mais diversas esferas de atuação (sejam elas profissionais, recreativas, criativas ou relacionais). Desse processo, decorre o compromisso com a preservação.

A educação patrimonial nas escolas tem seu respaldo em documentos orientadores da educação como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC o Referencial Curricular Gaúcho – RCG e Referencial Curricular Municipal - RCM<sup>6</sup>. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece o conjunto contínuo e organizado de aprendizagens fundamentais, garantindo o direito de educandos de todas as idades na Educação Básica. Além disso, a BNCC direciona a aplicação dessas diretrizes pelos sistemas educacionais em diversos níveis federativos e pelas instituições de ensino em suas respectivas redes.

No que concerne à educação patrimonial, tema tratado aqui nesta pesquisa, foi delimitado para o estudo na etapa do Ensino Fundamental nos anos iniciais e finais. Os anos iniciais, de acordo com a BNCC, indicam para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil, essa articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos estudantes, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos (BNCC, 2017).

Durante o Ensino Fundamental nos Anos Finais, os estudantes encontram novos desafios, mais intrincados, principalmente porque precisam entender as várias formas de organizar conhecimentos em diferentes áreas. Com a necessidade de focar em áreas específicas, é essencial revisitar e dar novos significados às aprendizagens do aprendidos nos anos iniciais em todas as disciplinas, com objetivo de expandir e aprofundar seus aprendizados (BNCC, 2017).

---

<sup>6</sup> Para essa pesquisa considerou-se o Referencial Curricular Municipal da cidade onde a pesquisa foi realizada, São Luiz Gonzaga.

Embora os documentos orientadores indiquem sutilmente que a educação patrimonial possa ser trabalhada também nas escolas como forma de apropriação e pertencimento aos educandos no seu contexto social e cultural, por não ter uma disciplina específica, os professores, algumas vezes, encontram dificuldades em trabalhar a educação patrimonial no contexto das disciplinas.

O conhecimento dos professores e seus métodos de ensino estão intimamente ligados, visto que é por meio da prática em sala de aula e da interação dinâmica durante o processo de ensino, que os educadores utilizam, desenvolvem e refinam seus conhecimentos teóricos e práticos. Nesse sentido a grande dificuldade enfrentada pela prática de ensino consiste em ponderar sobre os conhecimentos já adquiridos pelos professores e descobrir novos saberes, os quais resultem em abordagens inovadoras, alinhadas com os princípios atuais de uma educação emancipadora e humanizadora, proporcionando uma nova perspectiva à prática educativa.

Para Morim (2000), uma discussão frequente nas escolas aborda a importância de promover uma educação que capacite os sujeitos para uma clareza de pensamento, por um conhecimento relevante e abrangente, no qual todos possam se identificar e se reconhecer em sua essência humana. Diante disso, irrompeu o interesse e a necessidade em conhecer os saberes e práticas docentes de educação patrimonial no contexto da escola por meio de uma formação continuada, delimitando assim ainda mais a pesquisa para a formação de professores para educação patrimonial e a construção de uma proposta metodológica numa escola de Ensino Fundamental na cidade de São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul.

Os documentos orientadores da educação brasileira como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, Referencial Curricular Gaúcho – RCG e Referencial Curricular Municipal – RCM, indicam a necessidade de trabalhar a educação patrimonial em sala de aula, como identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados.

### **3. Percepções docentes sobre a Educação Patrimonial na educação básica**

Durante o processo de investigação, foram entrevistados 19 profissionais da Educação Básica atuantes em uma instituição escolar, os quais responderam a três questões orientadoras:

- a) Qual é a sua compreensão sobre o conceito de Educação Patrimonial?
- b) Você considera que já desenvolve a Educação Patrimonial em sua prática pedagógica?
- c) Em sua opinião, a Educação Patrimonial deve ser trabalhada na Educação Básica?

No que se refere à primeira questão — "Qual é a sua compreensão sobre o conceito de Educação Patrimonial?" — observou-se que 10 dos entrevistados associaram o conceito à

valorização e ao reconhecimento dos bens culturais, históricos, materiais e imateriais pertencentes ao município, ao estado ou ao país. Outros seis sujeitos indicaram incertezas quanto ao conceito, embora o relacionassem, de modo geral, ao patrimônio cultural do município. Três profissionais, por sua vez, demonstraram compreensão mais genérica, limitando a definição à noção de patrimônio como bem material, inclusive remetendo à ideia de gestão patrimonial em sentido administrativo.

Em relação à segunda questão — "Você considera que já desenvolve a Educação Patrimonial em sua prática pedagógica?" — verificou-se que oito entrevistados afirmaram não abordar a temática em suas atividades letivas. Três relataram abordagens centradas nos bens patrimoniais físicos da própria instituição escolar, como carteiras, cadeiras e materiais esportivos. Um dos entrevistados declarou tentar introduzir a temática, contudo, à luz de sua argumentação durante a entrevista, identificou-se ausência efetiva de práticas voltadas à Educação Patrimonial. Os demais sete docentes afirmaram realizar atividades que, de alguma forma, contemplam essa abordagem em suas aulas.

Na terceira questão — "Você considera que a Educação Patrimonial deve ser trabalhada na Educação Básica?" — houve unanimidade nas respostas: todos os participantes afirmaram considerar pertinente sua inserção. Entre as justificativas mais recorrentes destacam-se a importância do conhecimento histórico, a valorização da memória coletiva e a necessidade de promover o cuidado e a preservação dos bens patrimoniais.

É relevante mencionar que os profissionais entrevistados pertencem a diferentes áreas do conhecimento, abrangendo as ciências humanas, as linguagens, ciências da natureza, matemática e os anos iniciais do Ensino Fundamental, além de um docente do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa diversidade demonstra a potencialidade da Educação Patrimonial enquanto campo transversal e interdisciplinar, conforme apontam os estudos especializados.

Todavia, a análise das respostas permite inferir que, apesar de seu caráter transversal, a Educação Patrimonial tende a ser compreendida e operacionalizada prioritariamente por docentes das áreas de História e Artes. Assim, permanece vinculada a uma perspectiva de apoio ou complemento ao currículo formal, e não como uma abordagem formativa essencial, como expresso na fala de uma das participantes:

"[...] agora em setembro, um passeio lá nas ruínas sabe, eu vou fazer com o sexto porque eles já trabalharam com a Profa. XX ano passado os Sete Povos eu não trabalhei ainda, então eles estão já mais ou menos encaminhado sabe... [...] tem um monte de história em São Luiz Gonzaga muito importante e não se sabe, não conhece, sabe como vários outros né, não sabe realmente a origem por isso que que é

Histórico do artigo:

Submetido em: 17/01/2025 – Aceito em: 17/04/2025

desvendando, como é que é o nome do nosso trabalho aqui desvendando as origens sabe tipo assim, ah nós vamos fazer um passeio nas Ruínas para gente saber o que que foi as ruínas...[...] (Participante 06, 2024).

Duas questões importantes de análise, a primeira como já mencionado acima é de que muitas vezes a Educação Patrimonial é amplamente utilizada como ferramenta complementar para conteúdos estudados previamente em sala de aula, não com uma educação voltada ao conhecimento do patrimônio cultural a priori, sendo tratada como simples ilustração da matéria vista em sala de aula, reduzindo as possibilidades de uma experiência transformadora que impossibilita a exploração novas interpretações de um assunto (COSTA; TOLENTINO, 2022).

Na mesma fala, pode-se perceber que ao escolher o patrimônio a ser conhecido, como complementação de conteúdo estudado em aula, existe uma escolha do patrimônio a partir do conteúdo estudado, logo, existe uma exclusão de patrimônios que não condizem com o que está sendo ensinado naquele momento, existe uma seletividade no trabalho centrado em patrimônios convenientes.

A segunda questão que pode ser observada no trecho da citação supracitada é em relação as ruínas, refere-se ao Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões. São Miguel das Missões fica a 55km de São Luiz Gonzaga, embora ambas as cidades façam parte dos chamados Sete Povos das Missões, São Miguel possui Sítio Arqueológico preservado e declarado Patrimônio Histórico Nacional e Mundial sendo tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN em 1938 e declarado Patrimônio Mundial, Cultural e Natural pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO em 1983.

Nesse sentido, existe uma preocupação na complementação dos conteúdos de uma forma ampla, evidenciando um patrimônio que não é o da sua cidade, pelo fato de São Luiz Gonzaga não possuir sítio arqueológico, os alunos são levados a outra cidade fomentando o esquecimento da memória da Redução Jesuítica de São Luiz Gonzaga e o pertencimento em um patrimônio que embora seja seu, não é o da sua cidade.

Em outro momento na entrevista, fica expresso que isso já é algo culturalmente estabelecido e passado de geração em geração expresso na seguinte fala da mesma participante: “[...] sabe quando foi a última vez que eu estive lá eu tinha 15 anos de idade eu tenho 44 agora [...]”. É percebido na fala da professora, que é uma prática estabelecida por anos, onde ela aprendeu com seus professores, e hoje professora replica com seus alunos, pode-se inferir que estes alunos na posteridade irão também apresentar São Miguel como exemplo de pertencimento na história das missões ao invés da sua própria cidade, São Luiz Gonzaga.

O município de São Luiz Gonzaga também possui sítio arqueológico tombado pelo IPHAN, o Sítio Arqueológico de São Lourenço Mártir, que com o passar dos anos e com as divisões dos municípios o território acabou pertencendo à cidade de São Luiz Gonzaga. Durante as falas dos profissionais da escola em nenhum momento foi citado uma visita a esse sítio.

Sendo possível observar que o sítio São Miguel Arcanjo, possui amplos recursos visuais, possui museu, obras e oferece uma experiência turística ímpar em relação aos outros sítios, portanto, justificável sua visitação quando o assunto é Missões Jesuíticas. O fato é que o próprio patrimônio em São Luiz Gonzaga fica subjugado em relação aos outros e isso é cultural, aprendido e passado de geração para geração, como expresso na fala anterior.

Sobre os elementos da educação patrimonial, identificados nas entrevistas, identificou-se que a atuação do professor requer um olhar mais atenuante para o amplo caminho de possibilidades que ela oferece, são expressos mais uma vez ao passo que outra professora, participante da entrevista quando questionada sobre como ela percebe que já trabalha a educação patrimonial na sua prática pedagógica, ela relata:

[...] olha, eu trabalho patrimônios no quinto ano né, mas daí eu não abro tanto espaço, eu trabalho mais os patrimônios municipais de São Luiz, e, como eles estudam os sete povos que é missões que é conteúdo do quinto, daí eu entro mais a questão de patrimônio de São Luiz Gonzaga, eu vou não só nos pontos turísticos, por que daí, por exemplo, na... na Cícero<sup>7</sup> é ponto turístico, mas a questão da... do ambiente, nas fontes, nas nascentes, que eu também acho que é patrimônio, nós temos três né, vertentes. Gosto de ir na lá no Chrisanto<sup>8</sup> gosto de ir no Senador<sup>9</sup>, ou seja, eu delimito mais a questão dos pontos turísticos de São Luiz como patrimônios de São Luiz, e além disso daí na igreja, na CRE<sup>10</sup>, conhecer a biblioteca pública, conhecer a prefeitura onde que é, descer até a Câmara de Vereadores pra ver onde é, que é mais ou menos o espaço depois que eles vão no Chrisanto, que eles tem uma noção de como era a missão de São Luiz, na praça observar em todas aquelas estatutárias, lê o que tem ali, esse, delimito nesse espaço não amplo para o RS sabe de outros lugares sabe de outras coisas [...] (Participante 17, entrevista, 2024).

Na fala, outros elementos patrimoniais de São Luiz Gonzaga são apresentados como formas de educação patrimonial, entretanto ao observar todos expostos juntos no relato da professora, quando esta diz que trabalha no quinto ano, fica explícito a preocupação também com os documentos norteadores como por exemplo a Matriz Curricular do quinto ano no Estado

<sup>7</sup> Refere-se a praça Cícero Cavalheiro, como é conhecida popularmente pelos munícipes. É uma praça poliesportiva chamada Centro Esportivo Expedicionário Cícero Cavalheiro, onde recentemente foi inaugurado o monumento a Força Expedicionária Brasileira – FEB.

<sup>8</sup> Refere-se ao Memorial Chrisanto Neranda, é um espaço ao lado do Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga onde conta com importantes informações sobre o município e também possui uma réplica da redução de São Luiz Gonzaga.

<sup>9</sup> Refere-se ao Museu Municipal Senador Pinheiro Machado.

<sup>10</sup> Refere-se a Coordenadoria Regional de Educação.

do Rio Grande do Sul. O documento orientador para o quinto ano em sua matriz de referência para 2024, na disciplina de História, indica como habilidades que o educando seja capaz de:

(EF05HI01) Identificar os processos de formação das culturas e dos povos, relacionando-os com o espaço geográfico ocupado. (EF05HI01RS-2) Conhecer e analisar a influência dos diferentes povos que colonizaram as terras do Rio Grande do Sul, percebendo suas contribuições nas mais diversas esferas da vida e da cultura (arquitetura, arte, economia, religião, educação, tecnologia etc.). (EF05HI01RS-3) Conhecer as disputas dos territórios do Rio Grande do Sul entre portugueses e espanhóis e a luta dos povos indígenas em defesa das terras.

Nessa direção, quando a professora menciona: “como eles estudam os sete povos que é missões que é conteúdo do quinto, daí eu entro mais a questão de patrimônio de São Luiz Gonzaga”, demonstra a concordância com as primeiras habilidades propostas na Matriz de Referência para o ensino de história. Em outro momento, quando demonstra preocupação com a visita ao Memorial Chrisanto Neranda: “que eles têm uma noção de como era a missão de São Luiz”, mostra a preocupação com o atendimento as habilidades supracitadas.

Por meio da fala: “na CRE conhecer a biblioteca pública, conhecer a prefeitura onde que é, descer até a Câmara de Vereadores pra ver onde é” identifica-se outras habilidades expressas no documento na matriz de História, como:

(EF05HI02) Identificar os mecanismos de organização do poder político com vistas à compreensão da ideia de Estado e/ou de outras formas de ordenação social. (EF05HI02RS-1) Compreender a importância do desenvolvimento das formas de governo para a organização da sociedade, percebendo que a vida em sociedade exige regras de convivência, respeito à democracia e aos direitos humanos. (EF05HI02RS-3) Compreender a importância da política para a organização da sociedade, percebendo o valor da participação cidadã.

Ainda no que tange as habilidades para o quinto ano, orientadas pela matriz de referência, ao relacionar com a fala da professora nos seguintes trechos: “gosto de ir no Senador”, e “além disso daí na igreja [...] na praça observar em todas aquelas estatuarias<sup>11</sup>, lê o que tem ali”, com as habilidades da disciplina de Arte, fica explícito o atendimento aos requisitos, tais quais:

(EF15AR01) Identificar e apreciar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas, cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético; (EF15AR03) reconhecer e analisar a influência de distintas matrizes estéticas e culturais das artes visuais nas manifestações artísticas das culturas locais, regionais e nacionais. (EF15AR04) experimentar diferentes formas de

<sup>11</sup> Refere-se as estátuas que foram esculpidas pelos indígenas durante as Missões Jesuíticas e que estão a mostra na em frente à Igreja Matriz da cidade.

expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia, etc.), fazendo uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais.

Ao analisar esses trechos, de uma das respostas, constata-se a necessidade e preocupação que os professores possuem com as orientações dos documentos para sua prática em sala de aula. Não necessariamente esses documentos abrangem a Educação Patrimonial como ferramenta, porém no próprio documento existe o espaço para flexibilização, possibilitando que os professores trabalhem o patrimônio, infelizmente como ilustração da matéria (COSTA; TOLENTINO, 2024).

Outros elementos patrimoniais de São Luiz Gonzaga como o Museu Senador Pinheiro Machado, constituem em seu interior importantes ferramentas, como fotos, objetos que mostram um pouco da história de São Luiz Gonzaga, bem como do dessa figura Ilustre que foi um dos desbravadores da região e um dos primeiros colonizadores no período após a decadência dos povos missionários. Constitui parte importante da história do Brasil.

Sobre a visita ao museu, Costa e Tolentino (2022) defendem que a combinação da visita ao museu com os conteúdos estudados em sala de aula, devem propiciar visões mais ricas, por ser uma combinação potente de ampliação de conhecimentos, possibilitando assim a formação de um pensamento mais crítico, através do partilhamento dos saberes e das memórias, ainda de acordo com autores:

A educação museal necessariamente, portanto, deve lidar com esses conflitos e com as relações de poder que envolvem o corpo patrimonial/museal, numa perspectiva dialógica, reflexiva e crítica, com a participação efetiva do público, considerando os diferentes saberes, práticas de preservação e apropriações do patrimônio cultural que foi ou está sendo musealizado. Afinal, um bem só é musealizado porque são as pessoas que lhe atribuem significados e valores, sejam eles afetivos, simbólicos, históricos, artísticos, etc. (COSTA; TOLENTINO, 2022, p. 07).

Nessa linha de pensamento, a visita ao museu possui ferramentas para a construção de uma análise da história contada através da materialização em seus aspectos mais subjetivos, através de uma análise crítica que propicie ao estudante questionamentos políticos e sociais que constroem as narrativas do mundo que o rodeia. Portanto, é imprescindível que o professor observe e participe dessa construção crítica apropriando-se da educação patrimonial como ferramenta de desenvolvimento para seus educandos.

#### **4. Considerações Finais**

A presente investigação possibilitou verificar que a Educação Patrimonial, embora reconhecida em sua relevância pelos profissionais da educação, ainda se encontra em estágio

incipiente quanto à sua efetiva integração no cotidiano escolar. Os dados obtidos demonstram que, mesmo diante de um discurso consensual sobre a importância da temática, persistem lacunas conceituais e práticas na compreensão e aplicação da Educação Patrimonial como instrumento formativo, o que contribui para sua marginalização nas práticas pedagógicas. Esse cenário nos mostra a necessidade urgente de ações formativas continuadas que ampliem a compreensão docente sobre os conceitos de patrimônio cultural, assim como sobre os potenciais pedagógicos desse campo, respeitando as especificidades locais e regionais.

Como verificado, as narrativas docentes indicam que o ensino do patrimônio cultural, com frequência, está condicionado a conteúdos curriculares previamente estabelecidos, o que pode limitar sua abrangência e impedir o reconhecimento de patrimônios que não se enquadram nas narrativas legitimadas ou institucionalizadas. A valorização de elementos patrimoniais distantes, em detrimento daqueles existentes na própria localidade, passa a ser insumo para o apagamento simbólico da história e da identidade local, comprometendo o sentimento de pertencimento dos estudantes. Assim, é preciso repensar os referenciais curriculares e as práticas educativas para que se reconheçam as múltiplas dimensões do patrimônio, considerando-o como expressão viva das culturas e das trajetórias sociais.

Desse modo, reafirma-se a Educação Patrimonial como um campo de conhecimento que deve ser assumido como componente estruturante da formação cidadã, possibilitando a articulação entre saberes escolares e saberes sociais. Quando pensada de forma transversal, crítica e situada, essa abordagem reforça a relação dos sujeitos com o território, promove a participação social e contribui para a construção de uma consciência histórica ativa. Cabe, portanto, à escola o compromisso de constituir-se como espaço de mediação e produção de sentidos sobre o patrimônio cultural, propiciando práticas educativas que respeitem e valorizem a diversidade cultural brasileira em sua complexidade histórica, política e simbólica.

### Referências

- ANDRADE, Soraia Maria de. *O patrimônio histórico arqueológico de Serra da Mesa: a construção de uma nova paisagem*. 2002. 266 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- ARMELIN, Priscila Kutne. *Patrimônio cultural e sistema penal*. In: PRADO, Luiz Regis; TASSE, Adel El (coord.). *Biblioteca de Estudos Avançados em Direito Penal e Processual Penal*. Curitiba: Juruá, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.

CARDOZO, P. F.; MELO, A. de. Patrimônio e educação patrimonial numa perspectiva humano-genérica. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 2009. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/325>. Acesso em: [colocar data de acesso].

CHASTEL, André; BABELON, Jean-Pierre. La notion de patrimoine. *Revue de l'Art*, Paris, n. 48, p. 1, [s.d.].

COSTA, Marielle; TOLENTINO, Átila. Educação museal: relações e interconexões possíveis. In: JANUZZI, Vinícios Prado et al. (org.). *Educação patrimonial, diversidade e meio ambiente no Distrito Federal*. Brasília, DF: IPHAN, 2022.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim et al. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. 2. ed. Brasília, DF: Iphan, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p. 51-78.

GRUNBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Ana Quintas. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília, DF: IPHAN, Museu Imperial, 1999. 65 p.

IPHAN. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: IPHAN, 2014. 65 f.

LONDRES, Maria Cecília. O patrimônio cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

## La Educación Patrimonial en la Educación Básica y los nuevos desafíos en la construcción del reconocimiento del Patrimonio Local

### Resumen

Este artículo parte de algunas reflexiones sobre la Educación Patrimonial y cómo se aborda en la educación básica, teniendo como telón de fondo el análisis de los diálogos de profesores de una escuela primaria estatal de la región noroeste de Rio Grande do Sul. Tiene un enfoque cualitativo. Los análisis permitieron comprender la necesidad de utilizar la educación patrimonial como herramienta para prácticas educativas que problematicen la constitución de la valorización del patrimonio local como sujetos que intervienen en esta realidad.

Palabras-clave: Educación Patrimonial; Educación Básica; Patrimonio Local; Prácticas Educativas.

## Heritage Education in Basic Education and the new challenges in building recognition of Local Heritage

### Abstract

This article starts from some reflections on Heritage Education and how it is approached in basic education, having as a backdrop the analysis of the dialogues of teachers at a state elementary school in the northwest region of Rio Grande do Sul. It has a qualitative approach. The analyzes allowed understanding the need to use heritage education as a tool for educational practices that problematize the constitution of the appreciation of local heritage as subjects intervening in this reality.

Keywords: Heritage education; Basic Education; Local Heritage; Educational Practices.

## **L'Éducation au Patrimoine dans l'Enseignement Fondamental et les Nouveaux Défis dans la Construction de la Reconnaissance du Patrimoine Local**

### **Résumé**

Cet article propose quelques réflexions sur l'éducation au patrimoine et son traitement dans l'enseignement fondamental, en prenant comme point de départ l'analyse des dialogues entre enseignants d'une école primaire publique située dans la région nord-ouest du Rio Grande do Sul. Il adopte une approche qualitative. Les analyses ont permis de comprendre la nécessité d'utiliser l'éducation au patrimoine comme un outil pour des pratiques éducatives qui problématisent la construction de la valorisation du patrimoine local, en tant que sujets intervenant dans cette réalité.

Mots-clés: Éducation au patrimoine ; Enseignement fondamental ; Patrimoine local ; Pratiques éducatives.